

Fernando Pessoa, um arauto do ordenamento e da paisagem¹

João Guerreiro²

Há mais de 60 anos que Fernando Pessoa percorre os caminhos diversos de regiões, sempre com uma especial atenção aos recursos naturais, à paisagem e aos modelos de organização desses espaços, apreciando a forma como o Homem deixa a sua marca nesses ambientes. O portefólio dos países visitados é enorme, abrangendo a Europa e a Ásia, e, com menor intensidade, a África e a América. São deslocações que foram e são sempre aproveitadas para contrastar ideias sobre a organização social, para desfrutar novas realidades botânicas, para observar paisagens e para, em suma, acumular conhecimento sobre a diversidade do mundo.

Neste âmbito pode ser considerado como um corredor de fundo da paisagem. A sua capacidade e resistência são notáveis, a que se alia um ímpeto que abrange uma enorme curiosidade, uma profunda reflexão e um fácil relacionamento social.

Avançarei para uma caracterização do seu percurso pessoal e profissional dividindo-o em três períodos. O período inicial de formação. De seguida, o tempo durante o qual teve um papel de influência crucial na Administração Pública, na área da conservação da natureza. E, finalmente, a sua fixação no Algarve, por certo o período simultaneamente mais longo e mais diverso de realizações, durante o qual impulsionou e colaborou em inúmeros projetos lançados, principalmente no Algarve, mas também em vários outros pontos do país.

Um sobrevoo rápido sobre o primeiro período, centrado na sua formação e no início da sua atividade profissional, remete para a obtenção, em 1965, do grau de licenciado em Engenharia Silvícola, no Instituto Superior de Agronomia (Lisboa). Numa altura em que as relações internacionais eram muito limitadas, parte para um estágio profissional numa empresa de tratamento de madeiras, na Alemanha.

Ainda em 1966, frequenta no Instituto Superior de Agronomia o curso livre de Arquitetura Paisagista. É um período de grande convívio com dois Arquitetos Paisagistas que foram determinantes na sua formação: Francisco Caldeira Cabral, responsável pela criação do referido curso livre, e Gonçalo Ribeiro Teles, então seu assistente.

Assume depois o cargo de Administrador Florestal da Ilha da Madeira. As funções exercidas nesse cargo contribuíram para uma imersão de carácter

¹ *Laudatio* proferida na cerimónia de outorga do título de *Doutor Honoris Causa* ao Arquiteto Fernando Santos Pessoa, a 17 de abril de 2026.

² Professor Emérito da Universidade do Algarve.

executivo no ambiente florestal. Permitiu, também, alargar os seus conhecimentos sobre a flora da região biogeográfica da Macaronésia.

Entretanto foi chamado para uma comissão de serviço militar (1968/71), a segunda, mas agora como capitão. Frequenta o curso de capitão nos Açores e presta serviço no norte de Angola, em Nambuangongo, município massacrado no início da guerra colonial, em 1961, e que chegou a ser declarado como “Estado Livre de Angola”!

No regresso de Angola, retoma as suas funções no Funchal, na Direção Regional de Urbanismo, organismo dependente dos serviços centrais de Lisboa, então dirigido pelo Arquiteto Paisagista António Viana Barreto, já então figura grada do ordenamento do território.

Nos serviços urbanísticos da Madeira participa na elaboração do Plano Diretor da Cidade do Funchal, integrando a equipa dirigida pelo Arquiteto José Rafael Botelho. Este Plano tem sido considerado como um marco no planeamento urbano português e ainda hoje (com justificadas alterações) condiciona o desenvolvimento da cidade do Funchal.

Apresenta o relatório final do curso de Arquitetura Paisagista, intitulado “A Madeira, um Parque Natural”, sendo a primeira incursão escrita na área da conservação da natureza.

Ainda no âmbito das suas funções na Madeira, faz um novo estágio na Alemanha, permanecendo no Gabinete de Hans Friedrich Werkmeister, na Baixa Saxónia. As noções de “parque natural” e de “paisagem protegida” são conceitos que se consolidaram a partir desses contactos e que contribuíram para estruturar o pensamento de Fernando Pessoa.

Embora silvicultor, a sua proximidade com o setor da Arquitetura Paisagista é natural e vai marcar o seu percurso profissional até à atualidade. Desde a sua formação académica até ao 25 de abril é um tempo de intensa formação. Formação que resulta das suas funções na Madeira, dos estágios que fez na Alemanha, sobretudo o último, e de enorme convívio com os personagens grandes da Silvicultura e da Arquitetura Paisagista. Para além dos já referidos, merecem referência os professores Mário de Azevedo Gomes e Joaquim Vieira Natividade, dois silvicultores famosos que muito influenciaram a sua formação.

Recordemos que até aos anos 70 do século XX, eram sobretudo os engenheiros silvicultores, juntamente com alguns biólogos académicos, os profissionais que intervinham em temas relacionados com a conservação da natureza, estudando e propondo limites à intervenção do homem no ambiente. Os silvicultores beneficiavam, no Portugal de então, de uma rede nacional de circunscrições florestais, de administradores florestais e de áreas de experimentação que lhes proporcionavam um conhecimento profundo do território. Situação que se foi perdendo em resultado das sucessivas reformulações dos organismos públicos que tutelam as florestas portuguesas. Fernando Pessoa teve a sua formação inicial neste

caldo que mantinha uma forte relação com o território. E tem sido, nos últimos anos, um forte crítico em relação ao sucessivo desmantelamento dos diversos organismos da administração e da investigação que tinham intervenção na área da ciência florestal.

XX

O segundo período estende-se desde o 25 de Abril até ao início dos anos 80. Gonçalo Ribeiro Teles assume as funções de Sub-Secretário e Secretário de Estado do Ambiente nos Governos Provisórios, e desafia Fernando Pessoa, ainda no Funchal, a vir para o continente. Este colabora no seu gabinete e exerce as funções de Chefe de Gabinete do Secretário de Estado. Após a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Fernando Pessoa assume as funções de Presidente desse Serviço.

Inicia-se um período de grande intensidade de conceção e estruturação da rede de áreas de conservação da natureza. Num primeiro momento através da publicação da legislação que definiu e enquadrou os diversos conceitos que, pela primeira vez em Portugal, vão caracterizar as áreas protegidas³. O conceito de paisagem foi, desde então, entendido como uma área natural submetida à intervenção do Homem, com uma intensidade variável, refletindo a dinâmica da comunidade que a povoa ou a gere. É um conceito que se aproxima da paisagem cultural, pois integra valores territoriais, materiais e imateriais, e também património diverso como lugares, sítios, conjuntos e elementos notáveis da paisagem, como sejam árvores centenárias, mecanismos tradicionais de produção ou recortes únicos da crosta terrestre.

Fernando Pessoa publica em 1976, na Revista “Natureza e Paisagem”, editada pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, um texto orientador no qual desenvolve as linhas mestras fixadas, uns meses antes, na citada legislação. Afirma então Fernando Pessoa que *“O ambiente e a paisagem são bens coletivos e inalienáveis que não podem estar à mercê da usura dos especuladores e dos falsos arautos de um progresso por qualquer preço”*. Nesse artigo reconhece que *“o homem é apenas um elemento das cadeias ecológicas da Biosfera; qualquer rotura numa dessas cadeias corresponde a uma perda (irremediável na maior parte das vezes) para o equilíbrio natural”*.

A legislação sobre áreas protegidas permitiu que, por proposta do Serviço de Parques, presidida por Fernando Pessoa, fossem criados, ao longo dos anos 70, vários Parques e Reservas Naturais. Refiram-se os Parques Naturais de Arrábida, de Montesinho, da Serra da Estrela e da Serra de Aires e Candeeiros e as Reservas Naturais de Sintra-Cascais, do Estuário do Tejo, das Dunas de São Jacinto, do Estuário do Sado, do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, e também da Ria Formosa. A

³ Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de julho.

atribuição da designação de “Formosa” à Ria de Faro foi assumida numa conversa de final da tarde, realizada entre Fernando Pessoa e Fausto Nascimento enquanto passeavam e admiravam a paisagem desta zona húmida, reconhecidamente de enorme interesse ecológico. Reserva Natural da Ria Formosa que passaria anos mais tarde a Parque Natural.

A tipologia e a classificação das áreas protegidas abriram caminho à definição posterior de outras áreas protegidas, englobando zonas húmidas, cordões de dunas litorais, zonas de economia de montanha, áreas de vestígio de vegetação natural ainda valiosos ou pequenas áreas rurais. O mosaico ficou estabelecido. Como Fernando Pessoa refere, a conservação da natureza deixou de ser encarada apenas como proteção da natureza, assumindo-se como política nacional de gestão dos ecossistemas, transversal a todos os setores que interferem diretamente com o território e com as paisagens.

Esta dinâmica não pode deixar de estar associada a um forte sentido pedagógico ambiental, que se alastrou por toda a sociedade. Recorde-se que a experiência portuguesa, na definição de áreas protegidas, se tinha reduzido, até então, apenas à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 1971. Note-se, como contraponto, que o primeiro parque natural do mundo tinha sido criado 100 anos antes!

No âmbito destas reflexões, pode ainda enquadrar-se as propostas elaboradas por Fernando Pessoa sobre ecomuseologia. Trata-se de um conceito que pretende *“fazer a síntese das relações Homem-Natureza ou homem-território, ensinando a cronologia e a simultaneidade dos fenómenos naturais e culturais. Mostrando os elos que formam as cadeias dinâmicas do mundo, entre o passado e o presente, e olhando o futuro”*. A evolução de um Parque Natural para um ecomuseu, na conceção de Fernando Pessoa, implica a convocação das dinâmicas das sociedades locais, das suas relações com o ambiente, dos processos que adotam para explorar e/ou para conservar os seus recursos, sempre garantindo uma perenidade no equilíbrio das relações da comunidade com o meio. O conceito de ecomuseu, com o conteúdo que Fernando Pessoa lhe atribui, não vingou. A possibilidade de transformar alguns Parques Naturais em Ecomuseus teve apenas alguns exemplos muito localizados, sem a projeção que Fernando Pessoa lhe pretendia dar. E o abandono da presidência do Serviços de Parques reduziu a sua capacidade de condicionar as políticas públicas na área da proteção da natureza.

XX

Entramos no que identifiquei como o terceiro período do trajeto profissional de Fernando Pessoa. Do ponto de vista institucional, integra num primeiro momento a Direção Geral do Ordenamento onde, durante um conjunto de anos, conviveu com os Arquitetos Paisagísticos mais interessantes da geração anterior à sua: António Viana Barreto, Álvaro Dentinho, Ilídio Alves

de Araújo, Sousa Câmara. E sempre Gonçalo Ribeiro Teles, que mantinha funções governativas.

No convívio com estes Arquitetos Paisagísticos, todos ex-alunos de Caldeira Cabral, Fernando Pessoa acompanhou os principais projetos de intervenção urbanística, em Lisboa, no Porto, nalguns países africanos de expressão portuguesa e, ainda, no Algarve.

A estratégia interdisciplinar que caracterizava a ação e a reflexão deste grupo único de Arquitetos Paisagísticos marcou a capacidade de intervenção no território, sempre garantindo o equilíbrio dinâmico do conjunto dos ecossistemas que o definem. Fernando Pessoa defende este ponto de vista e sublinha que o resultado dessa intervenção deverá ser uma situação *“com uma estética adaptada à funcionalidade”*.

O equilíbrio ecológico, na sua conceção, pode ser atingido por via de um relacionamento harmonioso entre a realidade natural e as ações humanas. E é nesse quadro que aparece a paisagem. Esta acumula e integra memórias coletivas e individuais, marcadas pelas sucessivas heranças das comunidades, as quais se vão sucedendo no tempo. As inovações transformam-se e, mais tarde, dão lugar às tradições, numa roda-viva inovação-tradição, que será responsável pela contínua construção da paisagem. Esta conceção em Fernando Pessoa é deveras interessante e tem sido um eixo fundamental que tem caracterizado a sua ação. Supera as posições conservacionistas mais inflexíveis, e vai acolhendo novas realidades, novas ideias ou novos modelos, procurando, no mosaico de situações, valorizar a riqueza biológica, a funcionalidade das intervenções do homem, o suporte da biodiversidade, aspetos que, finalmente, estruturam a beleza das paisagens.

Mas Fernando Pessoa chama a atenção para as condições que regulam as relações entre a ação humana e as condições naturais. O equilíbrio é mantido quando a intervenção do Homem não perturba os limites que a natureza impõe à sua própria continuidade. Por outras palavras, dir-se-ia que esse equilíbrio é uma condição para garantir a sustentabilidade da paisagem, entendida na asserção que é dada por Fernando Pessoa: conjugação de fatores naturais com as atividades humanas, numa dependência ecológica e cultural.

O seu campo de reflexão abrange também a agricultura ou a agrocultura, como chega a designar. Importância que lhe é atribuída como agente de transformação da paisagem, tradicionalmente utilizada para garantir a alimentação dos povos. Intervenção que deveria conduzir a um ordenamento do território equilibrado, valorizado pela possibilidade de explorar o potencial biofísico de cada espaço e de melhor aproveitar as suas aptidões. É a defesa de uma agricultura intensiva ecossistémica, contra uma agricultura intensiva industrial.

A reflexão estende-se à floresta. Neste domínio a sua apreciação revela-se mais contundente e incide no abandono que a Administração remeteu este setor, como já referi. Nos últimos 30 anos, os diversos organismos da administração e da investigação com incidência na floresta foram extintos, perdendo-se conhecimento e uma imensa capacidade de intervenção que se desbaratou.

E sempre a conservação e valorização do território, ou seja, o ordenamento do território.

Um dos importantes legados que resultou de uma das áreas de dedicação de Fernando Pessoa corresponde à intervenção extraordinária que teve no reforço e projeção do ensino da Arquitetura Paisagista. Situação que, por si só e se outras razões não existissem, justificaria a presente cerimónia. Refiro-me ao papel que assumiu no lançamento das licenciaturas em Arquitetura Paisagista. Primeiro em Évora, com Gonçalo Ribeiro Teles. E depois no Algarve, em 1998. São formações estruturadas, que conduzem a grau académico, evoluindo dos velhos cursos livres, dinamizados, como foi referido, por Francisco Caldeira Cabral nos anos 40 do século passado.

A consolidação desta área de formação deu um enorme impulso à profissão, disseminando uma outra maneira de analisar e intervir no ordenamento do território. Ordenamento que, em cada território, incorpora informação histórica, função desempenhada na atualidade, aptidão biofísica, dinâmica da comunidade, equilíbrio ecológico e cultura, dando jus à afirmação de Caldeira Cabral que *“a cultura melhora a qualidade do projeto”*.

Fernando Pessoa tem tido igualmente um papel relevante na divulgação da obra de alguns Arquitetos Paisagistas. A iniciativa mais significativa incidiu no apoio à edição do livro “Fundamentos da Arquitetura Paisagista”, de Francisco Caldeira Cabral. A sua intervenção na valorização da Arquitetura Paisagista tem sido fundamental, concretizada por via de inúmeras intervenções no espaço público, escritas ou orais, evidenciando-se numa profissão caracterizada por uma limitada produção escrita de âmbito teórico.

O Algarve, terra que adotou há quase 40 anos, tem beneficiado da sua ação através de múltiplas intervenções, em áreas públicas e privadas. Colaborou com a CCDR durante sete anos, durante o período em que tive responsabilidades neste organismo, publicando algumas obras referentes à caracterização biogeográfica do Algarve. Merece também relevo o projeto que deu origem ao Roteiro Eco-Botânico Manuel Gomes Guerreiro, instalado na freguesia de Querença, através do qual é evocado a memória e o encantamento pelo Mediterrâneo do primeiro reitor da Universidade do Algarve.

É neste quadro que lhe foi atribuído, em 2021, o Prémio Gonçalo Ribeiro Teles. Ainda é justo sublinhar a atribuição pela Câmara Municipal de Loulé, em 2025, do seu nome ao Parque Verde de Vilamoura.

Fernando Pessoa, personalidade saudavelmente impertinente, mas profissionalmente conhecedor, assertivo nas suas opiniões, sempre disponível para uma boa conversa, de preferência polémica. Mas também com dificuldade de adotar alguma transgressão em relação à sua linha de entender as paisagens como uma síntese da interação de forças naturais e artificiais, que definem uma comunidade que integra valores naturais, materiais e imateriais.

Ameaça, com frequência, que vai deixaria de opinar sobre os problemas do mundo. Mas o que acontece é que o mundo não o deixa descansado, diria mesmo, não nos deixa descansados. E Fernando Pessoa, nunca alheado dos problemas do mundo, não resiste a explodir contra a ignorância e as injustiças que não param de se manifestar. E, utilizando a sua pena, não se cansa de expor as contradições da nossa época. E de nos convocar à indignação!

Por todas estas razões, permito-me sublinhar a justeza da decisão do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade, pelo que lhe peço, Senhora Reitora, que outorgue o título de Doutor *Honoris Causa* em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente ao ilustre cidadão Fernando Pessoa.